

MEGA-PROJECTOS E TRANSIÇÃO AGRÁRIA: O CASO DO PROJECTO WANBAO (MOÇAMBIQUE)

Margarida Madureira

Resumo

Este artigo aborda o fenómeno de *land grabbing* – investimentos de grande escala em terrenos agrícolas em países em desenvolvimento – como uma forma específica assumida pelo processo de transição agrária no contexto destes países no início do séc. XXI. Para tal, toma como estudo de caso o projecto Wanbao, em Xai-Xai (província de Gaza, Moçambique). Trata-se de um projecto que pretende aumentar a produtividade agrícola, nomeadamente na produção de arroz, e que assenta numa parceria entre a empresa chinesa Wanbao e a empresa pública moçambicana Regadio do Baixo Limpopo. A implementação do projecto implica a concessão de 20 mil hectares de terrenos no Regadio do Baixo Limpopo e a expropriação de milhares de camponeses que dependiam destes terrenos para a sua subsistência. O trabalho de campo foi realizado em Junho de 2013 e incluiu a realização de 24 entrevistas, em Xai-Xai e Maputo, com responsáveis do projecto, representantes de entidades oficiais moçambicanas e de organizações da sociedade civil e diversos camponeses afectados.

Conclui-se que o projecto Wanbao está a implicar uma transformação profunda das estruturas sociais na região, a qual pode ser interpretada proveitosamente à luz da bibliografia histórica e teórica sobre a transição agrária correspondente à penetração das lógicas mercantis e capitalistas, na medida em que incorpora todos os elementos dessa transição: expropriação, concentração da propriedade e (semi-)proletarização.

Palavras-Chave Transição Agrária; *Land Grabs*; Wanbao; Agricultura; Xai-Xai; Moçambique

Abstract

This working paper addresses the phenomenon of ‘land grabbing’ – large scale investments in agriculture in developing countries – as a particular form taken by the process of agrarian transition in the context of these countries in the beginning of the 21st Century.

For this purpose, the Wanbao project in Xai-Xai (Gaza province, Mozambique) is used as a case study. The Wanbao project aims at increasing agricultural productivity, namely in rice production, and it builds on a partnership between the Chinese private company Wanbao and the Mozambican state company Regadio do Baixo Limpopo. The implementation of the project implies both the concession of 20 thousand hectares in the Regadio do Baixo Limpopo area and the expropriation of thousands of peasants who relied on these lands for their subsistence. Fieldwork was undertaken in June 2013 and included 24 interviews, in Xai-Xai and Maputo, with project managers, representatives of the Mozambican authorities and civil society organizations, as well as several affected peasants.

We conclude that the Wanbao project is bringing about a profound transformation of the region’s social structures which can be usefully interpreted under the light of the historical and theoretical literature on the agrarian transition corresponding to the penetration of mercantile and capitalist logics – insofar as this process exhibits all the elements of that transition: expropriation; consolidation of land holdings; and (semi) proletarianization.

Keywords Agrarian Transition; Land Grabs; Wanbao; Agriculture; Xai-Xai; Mozambique

WORKING PAPER / DOCUMENTO DE TRABALHO

*O CEsA não confirma nem infirma
quaisquer opiniões expressas pelos autores
nos documentos que edita.*

O **CEsA** é um dos Centros de Estudo do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, tendo sido criado em 1982.

Reunindo cerca de vinte investigadores, todos docentes do ISEG, é certamente um dos maiores, senão o maior, Centro de Estudos especializado nas problemáticas do desenvolvimento económico e social existente em Portugal. Nos seus membros, na maioria doutorados, incluem-se economistas (a especialidade mais representada), sociólogos e licenciados em direito.

As áreas principais de investigação são a economia do desenvolvimento, a economia internacional, a sociologia do desenvolvimento, a história africana e as questões sociais do desenvolvimento; sob o ponto de vista geográfico, são objecto de estudo a África Subsariana, a América Latina, a Ásia Oriental, do Sul e do Sudeste e o processo de transição sistémica dos países da Europa de Leste.

Vários membros do CEsA são docentes do Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional leccionado no ISEG/"Económicas". Muitos deles têm também experiência de trabalho, docente e não-docente, em África e na América Latina.

A AUTORA

MARGARIDA MADUREIRA

Mestre em Desenvolvimento e Cooperação Internacional pelo ISEG-Universidade de Lisboa. Representante de País da ONG Paz y Desarrollo em Timor-Leste.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	5
1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	7
1.1 “Land Grabs”	7
1.2 A transição agrária	9
2. TRANSIÇÃO AGRÁRIA EM MOÇAMBIQUE	12
3. ESTUDO DE CASO: O PROJECTO WANBAO – PRODUÇÃO DE ARROZ EM XAI-XAI	15
3.1 Enquadramento	15
3.2 Descrição do Projecto Wanbao	18
3.3 O Projecto Wanbao: expropriação, concentração e semi-proletarização	21
3.3.1 Expropriação do campesinato	21
3.3.2 Concentração da propriedade fundiária.....	25
3.3.3 Semi-proletarização.....	26
CONCLUSÕES.....	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	30

INTRODUÇÃO

“Durante o processo de edificação da nova sociedade nas zonas libertadas, tornou-se claro que a independência política não teria um sentido real para o Povo, não seria uma verdadeira independência se a terra continuasse nas mãos de um punhado de latifundiários estrangeiros ou nacionais. Depois da usurpação e espoliação das melhores terras, feita ao longo de quinhentos anos pelo colonialismo português, arrancar a terra à sujeição e exploração estrangeira, devolvendo-a ao Povo Moçambicano, era uma exigência do processo histórico, condição de uma independência real e efectiva”.

Lei nº 6/79 (3 de Julho) da República Popular de Moçambique, Preâmbulo

A 16 de Agosto de 2013, duas centenas de camponeses do distrito de Xai-Xai, província de Gaza, mobilizaram-se contra a expropriação das suas terras, impedindo as actividades de lavoura do projecto Wanbao, que ocupa as áreas onde antes se situavam as suas *machambas*¹ (FONGA, 2013). O projecto, iniciado oficialmente em 2012, envolve a concessão de 20 mil hectares de terras no Regadio do Baixo Limpopo à Wanbao Africa Agricultural Development Ltd. (WAALD), no âmbito de um protocolo de cooperação entre as províncias de Gaza, Moçambique, e Hubei, China, que declaradamente visa aumentar a produtividade no sector agrícola.

Este projecto e esta concessão - que implicaram a expropriação de um número desconhecido mas significativo² de camponeses - pode ser enquadrada na “grande corrida” aos terrenos agrícolas de países em desenvolvimento que tem tido lugar desde 2008-09. A causa próxima deste processo geral foi o forte aumento dos preços dos produtos alimentares registado ao longo da última década e sobretudo aquando da crise de 2007-08, a qual fez disparar o interesse de agentes estatais e privados das nações mais ricas (e, nalguns casos, alimentariamente inseguras) no acesso às terras dos países em desenvolvimento, a fim de produzir culturas para exportação ou com mero interesse especulativo. Neste contexto, desde 2001, mas sobretudo desde 2008, foram concessionados ou vendidos 230 milhões de hectares de terrenos agrícolas, sobretudo em África, mas também na América Latina e Ásia (Anseeuw et al, 2012). Só em Moçambique, estima-se que tenham sido concessionados 2,5 milhões de hectares (Oakland Institute, 2011). Estas concessões são especialmente preocupantes na medida em que se fazem acompanhar pela expropriação de pequenos camponeses e outros proprietários tradicionais, muitos dos quais dependem dessas terras para as suas estratégias de sobrevivência e segurança alimentar.

O debate sobre os investimentos estrangeiros na agricultura é amplo e bastante polarizado, mas tem incidido sobretudo sobre os seus impactos no curto prazo (receitas fiscais, criação de postos de trabalho, aumento da produtividade, etc). Ainda que exista alguma reflexão acerca da relação entre este processo e as dinâmicas mais amplas de

¹ Machamba é a designação utilizada em Moçambique para os terrenos agrícolas.

² Os números disponíveis variam entre 1200 (E-15) e 70.000 (E-4; E-21), não tendo sido possível esclarecer esta questão de forma categórica (vd. secção 3.2).

transformação das sociedades agrárias tradicionais, essa abordagem é em geral minoritária – mas é nela que se filia o presente trabalho.

Este artigo tem como objectivos aprofundar a discussão sobre os *land grabs* – como lhe chamam os seus críticos – e discutir de que forma é que se inserem numa tendência global de desagregação do campesinato “tradicional” e de penetração das lógicas de produção capitalistas no mundo rural, historicamente conhecida como transição agrária. Para esse efeito, toma como estudo de caso o projecto Wanbao, em Moçambique, procurando identificar de que forma tem vindo a decorrer a expropriação dos camponeses, quais as suas consequências ao nível da organização da produção e das estratégias de subsistência dos camponeses, e discutir estas questões à luz de alguma da bibliografia teórica sobre a transição agrária.

Embora o projecto Wanbao não possa ser encarado como um “tipo-ideal” dos processos de *land grabbing*, apresentando vários aspectos distintivos, muitas das questões que suscita são comuns a outros projectos. Nesse sentido, para além do seu interesse intrínseco, o estudo de caso visa contribuir para o conhecimento e debate académicos mais gerais sobre a questão da transição agrária e das suas modalidades contemporâneas.

A escolha deste projecto prende-se com vários factores: i) o facto de estar situado em Moçambique, um dos países africanos mais afectados por este tipo de investimento; ii) o facto de afectar um elevado número de camponeses; e iii) o facto de se encontrar já em curso, o que permite retirar desde já algumas conclusões.

Este artigo, e o trabalho de campo que lhe esteve na base, assentaram assim nas seguintes questões de partida:

- (i) *Que forma e que especificidades têm assumido os processos de expropriação do campesinato no âmbito do projecto Wanbao?*
- (ii) *Quais são os seus impactos ao nível das estratégias de sobrevivência da população afectada? e*
- (iii) *Quais são os seus impactos mais gerais ao nível da organização social da produção e que conclusões podem ser daí retiradas relativamente à forma contemporânea do processo de transição agrária em Moçambique?*

Como objectivos gerais, pretende-se contribuir para a compreensão deste fenómeno relativamente recente e, simultaneamente, fornecer elementos adicionais que permitam aprofundar a discussão sobre a propriedade, gestão, acesso e sustentabilidade dos recursos alimentares, fundiários e ambientais disponíveis em Moçambique. A abordagem tem por base os contributos teóricos da economia política e do materialismo histórico, por se considerar serem estes os mais adequados a uma leitura deste processo na longa-duração.

O artigo encontra-se dividido em quatro secções: na primeira é efectuada uma revisão da bibliografia geral e/ou teórica, primeiro sobre o fenómeno dos *land grabs* e depois sobre a questão da transição agrária; a segunda secção enquadra o fenómeno no contexto moçambicano e analisa a sua evolução; a terceira secção apresenta o estudo de caso do

projecto Wanbao, no distrito de Xai-Xai, e discute de que forma e até que ponto pode ser conceptualizado como uma modalidade contemporânea de acumulação primitiva; finalmente, o quarto e último capítulo apresenta as principais conclusões e lança algumas pistas para futuras investigações. Em anexo, inclui-se ainda uma breve nota metodológica, que apresenta os métodos de investigação utilizados e discute algumas das limitações daí decorrentes; a lista de entrevistas realizadas em Moçambique; e uma breve avaliação dos custos e benefícios do projecto segundo a perspectiva mais usual e numa óptica de mais curto prazo.

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1 “Land Grabs”

Desde 2001, mas sobretudo a partir de 2008, foram transaccionados ou concedidos 230 milhões de hectares de terrenos para a agricultura em países em desenvolvimento - uma área equivalente à Europa de Leste (Oxfam, 2011). Estes *land grabs* resultam de uma complexa combinação de factores, nomeadamente o aumento do preço dos alimentos nos mercados mundiais, a tentativa de garantir a segurança alimentar por parte de nações alimentarmente inseguras mas com poder aquisitivo, o aumento da procura por agrocombustíveis e o aumento da especulação nestes mercados (Hallam, 2012).

Os países afectados pelo *land grabbing* contemporâneo são sobretudo os mais pobres e com níveis de desenvolvimento inferiores, onde os terrenos aráveis são mais baratos e onde os direitos dos camponeses e proprietários tradicionais são menos seguros e mais facilmente ignorados. Embora também ocorram *land grabs* significativos na Ásia e na América Latina, a principal concentração deste fenómeno tem sido registada no continente africano³. No contexto da tendência para a subida do preço das matérias-primas e, em particular, dos produtos alimentares, a segurança alimentar tem vindo a constituir um desafio cada vez mais significativo não só para os países em desenvolvimento como também para alguns países emergentes – nomeadamente aqueles que dependem da importação de bens alimentares por terem uma agricultura insuficiente ou reduzido acesso à água. Os países do Golfo Pérsico – que têm uma grande escassez ao nível dos recursos aquíferos e da fertilidade do solo, mas grandes reservas em petróleo e divisas – viram a sua factura alimentar externa tornar-se mais dispendiosa, aumentando de 8 mil milhões de dólares para 20 mil milhões de dólares entre 2002 e 2007 (Grain, 2008). A fim de se protegerem contra novos aumentos dos preços dos bens alimentares e eventuais falhas na oferta, alguns destes países decidiram investir em terrenos agrícolas

³ Consultar Land Matrix Database, em <http://www.landmatrix.org/> para observar a distribuição do número de acordos efectuados e países afectados.

noutros países. Também a China, que pretende aumentar significativamente a sua disponibilidade de arroz nos próximos anos, além de estar a procurar reforçar a produção interna, adquiriu 102 mil hectares no Zimbabué em 2008 e investiu 800 milhões de dólares em Moçambique, entre outros investimentos destinados a contribuir para este objectivo (Oakland Institute, 2011).

Assim, a fase mais recente desta “corrida” pelos terrenos aráveis africanos foi inicialmente protagonizada principalmente por entidades estatais, entre as quais se destacavam principalmente a China e os países do Médio Oriente. Nesta “corrida” entraram igualmente, sobretudo numa fase posterior, investidores privados, nomeadamente *hedge funds* e outros fundos especulativos de países como os Estados Unidos, que têm realizado investimentos substanciais no Brasil e em África (Shepard, 2009). De acordo com a recolha do Land Matrix Database (Anseeuw et al, 2012), a maioria dos investimentos é actualmente efectuada por empresas privadas, seguidas pelas empresas públicas e, em menor escala, pelos fundos de investimento e parcerias público-privadas. Os investidores da América do Norte, da América do Sul e da Europa são sobretudo empresas privadas, contrastando com os dos países do Golfo (com excepção da Arábia Saudita) que são essencialmente empresas públicas. Também no caso da China, uma grande parte do investimento é efectuada por empresas públicas.

Outro factor importante para a compreensão do fenómeno dos grandes investimentos agrários transnacionais é o aumento da produção de agrocombustíveis. Apresentados como alternativas aos combustíveis fósseis, os agrocombustíveis foram inicialmente impulsionados pelas grandes instituições internacionais, incluindo a União Europeia, que em 2010 manifestou a intenção de que, até 2020, os agrocombustíveis constituíssem a fonte de 10% da energia utilizada no sector dos transportes (FoEE, 2010). As necessidades energéticas crescentes e o aumento do preço do petróleo fizeram despoletar os investimentos nesta fonte de energia.

Em 2010, estimava-se que os agrocombustíveis fossem responsáveis por 1/3 dos *land grabs* em todo o mundo, sendo os principais investidores empresas europeias (FoEE, 2010). O principal problema reside no facto de, na maioria dos países africanos, a produção de agrocombustíveis rivalizar directamente com a produção alimentar - não só ao nível da afectação das terras como também ao nível da finalidade a que são destinadas as próprias colheitas. Para além disso, os agrocombustíveis dependem da adopção em grande escala da prática de monoculturas, estando geralmente associadas ao uso intensivo de água, pesticidas, fertilizantes e outros químicos, resultando em poluição, degradação dos recursos aquíferos existentes e redução da biodiversidade.

Finalmente, a especulação fundiária por parte de fundos de investimento e outros agentes tem também constituído um importante factor impulsionador do fenómeno de *land grabbing*. Para muitos agentes privados, a terra é vista como um investimento seguro, com o qual esperam obter lucros em função de novos aumentos no preço dos alimentos e da aposta nos agrocombustíveis. Para além disso, os investimentos fundiários podem ainda visar objectivos como a diversificação das carteiras de investimentos em contextos

de incerteza e de fracas perspectivas de rendibilidade dos produtos financeiros tradicionais. Só entre 2004 e 2007, os investimentos em terras, bens alimentares e agrocombustíveis por parte de fundos de investimento registaram um aumento de 800% (McMichael, 2011). Nos últimos anos, alguns destes investimentos têm alcançado rendibilidades anuais na ordem dos 25%. Trata-se sobretudo de investidores privados – *holdings* ou fundos de investimento -, mas têm também ocorrido numerosos exemplos de investimentos de tipo especulativo por parte de carteiras de investimento públicas, fundos soberanos e até universidades e fundos de pensões - sem que nenhum destes tipos de agentes tenha qualquer relação com a actividade agrícola para além da busca da rendibilidade decorrente da actividade especulativa (id., *ibid.*).

1.2 A transição agrária

Diversos autores têm assinalado os aspectos em comum entre o processo contemporâneo de *land grabbing* e a apropriação de terras no norte de África por parte do império romano com vista a assegurar o seu aprovisionamento alimentar (Byerlee, 2013), ou, mais tarde, no período colonial, a “corrida” aos territórios coloniais a fim de servir os interesses económicos e políticos das metrópoles (Halan, 2012; Shepard & Mittal, 2009). Em 1880, apenas um décimo do território africano era efectivamente controlado pelas potências europeias; vinte anos depois, a totalidade do continente (com excepção da Libéria e Etiópia) havia sido reivindicada politicamente por potências europeias. Porém, estas analogias apresentam algumas limitações – sobretudo no que se refere à comparação entre a “corrida para África” de finais do séc. XIX e o processo actualmente em curso: apesar de em ambos os casos estarmos perante uma relação assimétrica, que envolve a exploração das regiões periféricas (ou colónias) em benefício de Estados económica e politicamente mais poderosos (ou das metrópoles), a “corrida para África” original foi sobretudo um processo de afirmação de domínio político-militar destinado a assegurar monopólios comerciais. Na maioria dos casos (salvo nas colónias de povoamento), não se assistiu à expropriação generalizada da terra, mas antes à imposição de mecanismos alternativos de exploração – por via do controlo dos canais de comercialização, da imposição de culturas obrigatórias, da cobrança de impostos e da imposição de regimes de trabalho forçado (Rodney, 1973).

Assim, ainda que reconhecendo as semelhanças, ao nível da assimetria das relações, entre os *land grabs* contemporâneos e os mecanismos de exploração económica característicos da era colonial, consideramos mais interessante analisar os *land grabs* como uma nova fase, ou variante, de um processo global que tem lugar na longa duração: a *transição agrária*, correspondente à desagregação do campesinato “tradicional” e à penetração e consolidação das lógicas de produção capitalistas no mundo rural. Em termos globais, este processo teve o seu início no contexto da revolução agrária que se iniciou na Inglaterra do século XVI, desencadeando a transição do feudalismo para o capitalismo, num processo histórico caracterizado pelas *enclosures* (a delimitação e apropriação

privada das terras comuns) (Wood, 2002). A separação do campesinato dos seus meios de produção – particularmente a terra –, deu origem a uma alteração da estrutura de classes do mundo rural, com a emergência gradual de uma classe de proletários rurais (desprovidos de terra e obrigados a venderem a sua força de trabalho) e outra de capitalistas agrários (que adquirem a força de trabalho dos primeiros para a utilizarem na produção de mercadorias). A alteração das estruturas de propriedade traduziu-se assim numa alteração da estrutura de classes, a qual produziu consequências profundas – incluindo a criação de um ‘exército de reserva de mão-de-obra’ que veio a contribuir decisivamente para a revolução industrial e para a dinâmica de acumulação permanente que decorre da lógica do capitalismo (em que os capitalistas concorrem uns com os outros sob pena de se verem arredados do mercado) (Abreu, 2012). Este processo inicial de concentração de recursos, por um lado, e de formação de um exército de mão-de-obra disponível, por outro, é precisamente aquilo que Marx designa por “acumulação primitiva” (Marx, 1990).

Este processo de transição agrária – em grande medida completo na Europa e nas economias mais “avançadas” – tem-se revelado especialmente demorado nalguns outros contextos, estando ainda muito longe de estar completo a nível global. Em partes substanciais das áreas rurais de muitos países “em desenvolvimento”, as lógicas de produção dominantes continuam a ser mais adequadamente entendidas como correspondendo a formas pré-capitalistas – envolvendo a posse dos meios de produção pelos próprios produtores e a produção para auto-consumo, para troca directa em circuitos localizados ou com destino a mercados mais amplos (Abreu, 2012).

Em muitos casos, verifica-se uma forma de organização da produção que podemos apelidar de ‘antecâmara’ do capitalismo: a pequena produção mercantil, em que, tal como no campesinato clássico, a terra e os meios de produção são propriedade dos próprios produtores, mas em que o destino fundamental da produção é já o mercado (daí que se trate de produção *mercantil*). Da mesma forma, quando, no quadro da organização ‘tradicional’ da produção, a produção própria já não garante a subsistência, os camponeses são forçados a vender a sua força de trabalho, combinando as duas estratégias de subsistência e tornando-se semi-proletários (Bernstein, 2010).

Este processo de transição, no longo prazo, de diferentes formas de campesinato ‘tradicional’ (mais ‘familiares’ ou mais comunais e envolvendo ou não mecanismos de tributo a chefes tradicionais e outras autoridades, por exemplo) para a lógica puramente capitalista (em que tudo – a terra, a força de trabalho e a produção – se tornam mercadorias e são compradas e vendidas como tal) não corresponde a um momento, mas a um processo em que quer a subsistência, quer a produção de excedentes se tornam cada vez mais mercadorizadas: a população rural começa a depender cada vez mais de *mercados* (de trabalho, de alimentos, de meios de produção) para garantir a sua subsistência e para escoar a sua produção excedentária. Quando essa dependência mercantil é totalmente dominante, a transição para o modo de produção capitalista encontra-se completa. Durante o processo de transição, com a penetração do capitalismo no meio rural, podemos

assistir à coexistência de vários modos de produção: alguns camponeses mantêm a sua produção para auto-consumo e combinam-na com a pequena produção mercantil; outros são forçados a vender a sua força de trabalho para complementar os recursos e rendimentos provenientes da sua própria produção (sendo, por isso, “semi-proletários”); e outros ainda, sem meios de garantir a sua subsistência através de produção própria, são forçados a vender a sua força de trabalho, localmente ou na sequência da migração para cidades ou outros locais, constituindo o “proletariado” propriamente dito.

Apesar da força deste processo, subsistem ainda hoje vastas áreas rurais dos países não industrializados em que, apesar da gradual penetração das lógicas mercantis, as lógicas de produção tradicionais continuam a prevalecer e os camponeses continuam a deter os seus meios de produção, não estando ainda plenamente sujeitos à lógica da produção capitalista. Este facto é comprovado por dados da Organização Internacional do Trabalho (cit. in Smith, 2010), que demonstram que 50% da população trabalhadora a nível mundial não é ainda assalariada. Contudo, as tendências de desagregação do campesinato são visíveis: o processo que na Europa se desencadeou há mais de quinhentos anos tem vindo a ocorrer na China de forma extremamente acelerada em muito poucas décadas, ao mesmo tempo que alastra noutras partes do mundo através de diferentes processos que asseguram a penetração das lógicas mercantis, do salariado, da separação dos trabalhadores dos meios de produção, etc (Bernstein, 2010).

É à luz deste contexto – histórico e teórico – que se torna mais interessante analisar os *land grabs* como faceta e processo especialmente poderoso, dado o seu ritmo e dimensão, de prossecução da transição agrária. A expropriação dos pequenos proprietários e a privatização dos terrenos comuns estão a privar os camponeses das suas terras e dos seus meios de subsistência, gerando por outro lado uma disponibilidade de mão-de-obra que os outros sectores, especialmente nos países em desenvolvimento, nem sempre têm capacidade de utilizar nas suas estruturas produtivas, o que se traduz num aumento da vulnerabilidade das populações expropriadas, do desemprego, da insegurança alimentar e da pobreza (Li, 2011). Na sua versão contemporânea, é só nos casos mais favoráveis que estas dinâmicas permitem os processos endógenos de acumulação de capital que se manifestam sob a forma de ‘desenvolvimento’.

Trata-se de um processo multifacetado que envolve diversas dimensões relacionadas entre si: a mercadorização dos meios de subsistência e produção (i.e., a dependência crescente face a mercados para adquirir alimentos e outros meios de subsistência, bem como para vender a força de trabalho e/ou a produção agrícola); a diferenciação da população em classes distintas (nomeadamente um proletariado ou semi-proletariado rural, desprovido dos meios para assegurar a sua própria subsistência de forma autónoma, e uma classe de capitalistas agrários que adquirem a força de trabalho dos primeiros e que, num caso como o de Moçambique contemporâneo, fazem assentar o seu processo de emergência nas relações privilegiadas com o Estado); e a transformação da própria lógica da produção (que assume crescentemente uma carácter capitalista, i.e., envolvendo a produção de mercadorias com base na aquisição da força de trabalho de terceiros como

sendo ela própria uma mercadoria, e visa o lucro e a acumulação em detrimento da simples reprodução social). É este conjunto complexo e gradual de transformações que designamos por transição agrária.

Trata-se de um processo que ocorre na *longa duração*, segundo vias diferentes de acordo com as características das estruturas sociais pré-existentes nas diferentes regiões (Bernstein, 2010). Porém, de uma forma ou de outra, e com maior ou menor intensidade, esta transição agrária continua a varrer a generalidade do globo. Parte do argumento desta tese é que os *land grabs* – quer de uma forma geral, quer no caso particular de Moçambique – correspondem a uma *forma* específica assumida pelo processo mais geral de transição agrária, no contexto específico dos países em desenvolvimento no início do séc. XXI.

2. TRANSIÇÃO AGRÁRIA EM MOÇAMBIQUE

Com a sua vasta superfície de 802.000 km² e atravessado por dois dos principais rios de África – o Zambeze, a norte, e o Limpopo, a sul, que proporcionam irrigação e sedimentação –, Moçambique é um país com grande potencial agrícola. A maior parte do país encontra-se fora da área afectada pela mosca tsé-tsé (tripanossomíase) que dizima o gado, o que o tornou atractivo para o estabelecimento de colónias de povoamento durante a era colonial (Diamond, 1997).

Conhece-se pouco sobre a ocupação humana original do território correspondente a Moçambique, mas sabe-se que terá sido ocupado por povos recolectores ou pastoralistas (os Khoisan) até à fase mais tardia da expansão Banto (3000 a.c. – 500 d.c.), que, proveniente da África Equatorial, terá introduzido a agricultura na região nos primeiros séculos da nossa era (Diamond, 1997). Até ao período colonial, a produção assumiu sempre um carácter pré-capitalista, ainda que exista uma relação comercial documentada desde o século X entre mercadores árabes e povos do norte e centro do actual Moçambique (SDP, 2012). A regulação da propriedade, utilização e transmissão da terra processava-se de acordo com sistemas costumeiros, com especificidades segundo as várias etnias.

As principais alterações a estes regimes de propriedade e produção aconteceram sobretudo a partir do século XIX, quando se tornou efectiva a ocupação do regime colonial português, com a instalação de companhias coloniais para produção agrícola em grande escala (Mosca, 2005; Newitt, 1981). As grandes plantações, sobretudo no Norte e Centro do país, foram determinantes na gradual transformação dos camponeses em produtores de mercadorias, enquanto no sul, a emigração de 25% a 30% da população activa para as minas na África do Sul provocou grandes alterações nas economias de pequena escala, ao nível da estrutura produtiva, da importância relativa das culturas nos

sistemas produtivos e da divisão social do trabalho devido à redução da população do sexo masculino (Mosca, 2005).

A principal cultura obrigatória em Moçambique foi o algodão, que, a par das grandes plantações, permitiu a realização de lucros substanciais e contribuiu de forma importante para a modernização da economia portuguesa (Mosca, 2005). Por sua vez, as grandes plantações assentaram em tecnologia intensiva em trabalho sazonal, o que fez emergir um semi-proletariado agrícola, dependente da produção familiar para a alimentação. Paralelamente, verificou-se a expansão de outras culturas que, ainda que não sendo obrigatórias, generalizaram-se de forma quase compulsiva, uma vez que os camponeses se viram obrigados a produzi-las para, através da venda, obterem moeda para pagamento de impostos ou compra de outros bens de consumo. No sul, a produção de algodão nunca foi tão importante como no norte, uma vez que, por um lado, os camponeses estavam já mais integrados no mercado e produziam outras culturas de rendimento e, por outro, porque já se tinham convertido numa reserva de mão-de-obra para a África do Sul, cujos rendimentos impulsionaram a agricultura das zonas de origem (Mosca, 2005). Em suma, sob a gestão do Estado Novo, a economia moçambicana estruturou-se sobretudo em torno do sector exportador e da economia de trânsito e de emigração (Leite, 1989).

A independência em 1975 e o projecto de construção de uma sociedade socialista, assente na nacionalização dos principais sectores, na estatização das empresas e na socialização do campo, através da criação de aldeias comunais⁴ e de *machambas* estatais, deram origem a alterações profundas nos modos de funcionamento das famílias como unidades económicas e sociais fundamentais, na organização das comunidades rurais, nos regimes de propriedade e nos modos de produção (Serra, 1991; Mosca, 2011). Assistiu-se igualmente a uma redução acentuada da migração para a África do Sul (fruto de um discurso desencorajador por parte do governo moçambicano e da modernização da indústria mineira sul-africana), o que provocou um decréscimo no rendimento das famílias. A terra foi nacionalizada um mês após a independência e os camponeses expropriados durante o regime colonial, que esperavam recuperar os terrenos abandonados pelos colonos, viram a terra tornar-se propriedade do Estado, sem beneficiarem directamente dela (Serra, 1991; Adam, 2005).

Ainda assim, houve uma grande adesão e um elevado crescimento das aldeias comunais nos primeiros anos, que posteriormente se converteram em descontentamento por parte dos camponeses, fruto do incumprimento de promessas, dos erros de concepção do processo de socialização e, sobretudo, do conflito armado (Mosca, 2005). A guerra civil, que se prolongou durante 16 anos, marcou profundamente este período e teve um efeito devastador para a economia do país, não só porque obrigou o governo a concentrar recursos no esforço de guerra, mas também porque originou um forte êxodo rural, provocando uma diminuição da produção agrícola. Durante a guerra, cerca de 40% da

⁴ As aldeias comunais eram a “coluna vertebral” da estratégia de socialização do campo (Mosca, 2005). A base produtiva assentava na colectivização e era constituída por empresas estatais e cooperativas e os serviços essenciais (educação, saúde, abastecimento de água, energia) estariam mais próximos dos cidadãos. As populações deveriam habitar nas aldeias comunais, dispondo de uma maior proximidade de todos os serviços (Mosca, 2005).

população refugiou-se nos países vizinhos, nos centros urbanos ou em campos de refugiados (Mosca, 2005). Os mecanismos e valores das sociedades tradicionais acabaram por ser recuperados como forma de resistência, tanto na organização interna, como na divisão social do trabalho no seio das famílias (id., *ibid.*), o que explica que depois da guerra se tenha regressado a modos de produção ‘tradicionais’, pré-capitalistas e pré-socialistas. A constituição de aldeias comunais não constituiu uma forma de acumulação primitiva ‘clássica’, mas pode ser encarada como uma forma de acumulação primitiva ‘socialista’ (Moyo, 2008), na medida em que provocou uma ruptura face às lógicas de produção pré-capitalistas.

Em 1987, consequência de vários anos de guerra e do aprofundamento da crise económica, Moçambique já não tinha forma de financiar a sua economia, tendo-se visto obrigado a assinar um acordo com as instituições de Bretton Woods. Este Plano de Reestruturação Económica, que visava relançar a economia, abriu as portas à privatização, desregulação e liberalização, segundo os cânones do chamado ‘consenso de Washington’ (Mosca, 2005). Durante este período, e sobretudo a partir de 1990, o PIB registou um crescimento significativo: em média, cerca de 6% ao ano entre 1994 e 2000. No entanto, este crescimento resultou sobretudo de mega-projectos, como foi o caso da Mozal (com um impacto limitado no crescimento do emprego e redução da pobreza) e foi acompanhado pela desindustrialização e destruição de postos de trabalho (Oppenheimer, 2006). Foi neste período que se acentuou a dependência do país face à ajuda pública ao desenvolvimento, que em 2006 representava metade das receitas do orçamento de Estado (id., *ibid.*) - peso relativo esse que só nos últimos anos começou a diminuir⁵.

Foram esta liberalização e necessidade de investimento directo estrangeiro que abriram as portas às grandes concessões de terras para explorações agrícolas (e de minérios). Assim, entre 2004 e 2010, Moçambique concedeu perto de um milhão de hectares a empresas estrangeiras (dos quais 73% para exploração florestal e 13% para agrocombustíveis e açúcar) e 1,5 milhões de hectares a moçambicanos (Norfolk & Hanlon, 2011). Perante os fracos resultados obtidos por alguns projectos (abandono de terras, pouca capacidade de criação de emprego, etc) e face aos desentendimentos com os camponeses expropriados, o governo abrandou o ritmo das concessões entre 2009 e meados de 2011, não tendo efectuado concessões superiores a mil hectares (Oakland Institute, 2011). No seu relatório sobre Moçambique, o Oakland Institute referia então que se poderia estar a assistir a um comportamento mais cauteloso por parte do governo moçambicano, dando mais importância à viabilidade potencial dos projectos e aos seus impactos sobre as comunidades.

No entanto, esta tendência parece ter tido uma duração bastante limitada, tendo sido celebrados em 2012 vários acordos de concessão de terrenos de grande dimensão. Dos vários acordos celebrados, destaca-se pela sua dimensão o projecto ProSavana, uma parceria entre Moçambique, o Brasil e o Japão que implica a concessão de 14 milhões de

⁵ <http://www.macauhub.com.mo/pt/2011/12/13/dependencia-de-mocambique-da-ajuda-externa-esta-a-diminuir/>

hectares no Corredor de Nacala para produção de biodiesel (Jaiantilal, 2013). Estima-se que deverá implicar a expropriação de quase 4 milhões de camponeses (id., ibid.), motivo pelo qual se têm verificado inúmeras manifestações de camponeses e uma grande mobilização da sociedade civil para travar o projecto. Paralelamente, existiram outras concessões, como o projecto Wanbao que é analisado como estudo de caso neste artigo, que, por terem uma dimensão inferior, têm enfrentado menos críticas (ou pelo menos críticas menos sonantes) e conseguiram já passar à fase de implementação.

Estas concessões têm sido descritas como pouco transparentes, uma vez que a realização de consultas públicas com as comunidades envolvidas (exigida por lei) nem sempre tem sido realizada de forma adequada e que, por outro lado, é muito difícil, se não mesmo impossível, aceder à informação oficial relativa a estes processos. De acordo com a lei moçambicana⁶, toda a terra é propriedade do Estado, não podendo ser vendida, hipotecada ou penhorada. Pode ser usada e aproveitada por todo o povo moçambicano “como meio universal de criação de riqueza e do bem estar social”, sendo as condições definidas pelo Estado. Porém, está prevista a atribuição do DUAT – Direito de Uso e Aproveitamento da Terra – a pessoas colectivas ou singulares⁷, por um período máximo de 50 anos, sendo renovável por um período igual a pedido do interessado. A atribuição do DUAT é decidida por diferentes organismos, consoante a dimensão da área: de uma forma geral, até 1000 hectares a aprovação é feita pelo Governo Provincial; entre 1000 e 10.000 hectares pelo Ministro da Agricultura e Pescas; mais de 10.000 hectares pelo Conselho de Ministros.

3. ESTUDO DE CASO: O PROJECTO WANBAO – PRODUÇÃO DE ARROZ EM XAI-XAI

3.1 Enquadramento

A província de Gaza tem uma superfície de 75.334km², equivalente a 5/6 da área de Portugal, mas uma população de apenas 1.230.000 habitantes, o que a torna na segunda província moçambicana com menor densidade populacional, aproximadamente 16 habitantes por km², e a deixa claramente abaixo da média para a África subsariana de 36 habitantes por km². Entre 1997 e 2007, a população de Gaza cresceu a um ritmo de 9%, ainda assim bastante abaixo da média nacional de 28%⁸. A nível administrativo, a província de Gaza está dividida em 11 distritos e cinco municípios.

⁶ Parágrafos 1º e 2º do Artigo 109º da Constituição e artigo 3º da Lei de Terras 19/97.

⁷ Artigos 110º da Constituição e Artigo 12º da Lei de Terras e artigos 9º, 10º e 11º dos regulamentos.

⁸ <http://www.ine.gov.mz/pt/DataAnalysis>



Figura 1: Mapa de Moçambique com indicação da localização da província de Gaza (fonte do mapa: http://www.udop.com.br/mapa_internacional/geral_mapa.php?pais=88)

A província de Gaza é a segunda mais meridional de Moçambique a seguir a Maputo, da qual está separada pelo rio Icomáti. A norte, o rio Save separa Gaza da província de Manica e a este situa-se a província de Inhambane. A oeste faz fronteira com o Zimbabué e a sudoeste encontra-se o Oceano Índico. A sul faz fronteira com a África do Sul, país com que mantém relações económicas importantes desde o final do século XIX (Leite, 1989). O desenvolvimento do sector agrícola e a exploração de minérios na África do Sul levaram ao investimento em vias de acesso em Gaza para escoamento da produção, nomeadamente a construção de portos e de linhas de caminhos-de-ferro como a linha férrea do Limpopo, mas também à necessidade de mão-de-obra barata, que transformou Gaza “numa reserva de mão-de-obra para o trabalho mineiro” (Newitt, 1981). Em quase todas as famílias da província existem elementos emigrados na África do Sul. No censo de 1980, 6,2% da população consistia em trabalhadores migrantes empregados nas minas. Esta relação com a África do Sul transformou profundamente as províncias do sul, transformando uma parte dos camponeses destas províncias em proletários e semi-proletários e provocando alterações nas relações sociais de produção (alargamento das explorações agrícolas e capacidade de subcontratação) (Newitt, 1981).

A província é atravessada pelo rio Limpopo, que é um dos dos principais rios de África, atravessa três países e desagua no Oceano Índico, em Moçambique. As suas margens são extremamente férteis, podendo ser cultivadas diversas culturas de rendimento nas zonas de regadio, como o arroz e algodão (MAE-RM, 2005). A principal actividade económica em Gaza, como no resto do país, é a agricultura, da qual depende 80% da população (Francisco, 2013). O distrito de Xai-Xai foi em tempos o principal produtor de arroz do país (MAE-RM, 2005). Nas comunidades rurais, é praticada sobretudo uma agricultura tradicional de sequeiro, que depende fortemente da pluviosidade e da fertilidade do solo, utiliza geralmente tecnologia bastante rudimentar, apresenta baixa produtividade e tem bastante dificuldade em aceder aos mercados (Francisco, 2013). A maioria da terra é explorada em regime intensivo de consociação de culturas alimentares, nomeadamente milho, mandioca, feijão e batata-doce, destinados sobretudo ao auto-consumo e os excedentes ao mercado (MAE-RM, 2005).

No distrito de Xai-Xai, existiam em 2005 cerca de 10 mil explorações agrícolas, com uma dimensão média de 1,1 hectares, predominando o modelo de exploração familiar (MAE-RM, 2005). A maioria dos terrenos não está titulada e, quando explorados em regime familiar, têm como responsável, em 70% dos casos, o homem da família (id., ibid.). A maior parte das parcelas em que está dividida a terra pertence às famílias da região e é transmitida por herança aos filhos (id., ibid.).

A pecuária é também uma importante fonte de rendimento na região e o número de cabeças de gado é um indicador importante da riqueza dos agregados familiares. Em 2005, existiam 15 mil criadores de gado bovino no distrito de Xai-Xai e 40 mil de avicultura, a maioria também em regime familiar (MAE-RM, 2005). As actividades piscatória e artesanal são também importantes actividades económicas, praticadas igualmente com utensílios rudimentares, assim como a venda de madeira e caniço para a construção e a de lenha e carvão, que são recolhidas nas florestas do distrito e constituem os principais combustíveis naturais. O comércio é outra fonte de rendimentos complementar, estando o sector comercial do distrito bem integrado na zona sul do país e beneficiando da proximidade de Maputo, a 210 km.

A nível hidrográfico, o rio Limpopo é o principal recurso hídrico da província e tem um escoamento médio de 3.500 milhões de m³ por ano (MAE-RM, 2005), apesar de o seu caudal variar bastante entre a estação seca e a estação das chuvas, caracterizando-se esta última por problemas frequentes de cheias, que devastam as colheitas e provocam prejuízos nas zonas habitacionais.

O Regadio do Baixo Limpopo (RBL) é um conjunto de infraestruturas de drenagem e valas desenvolvidas para irrigar os solos das margens do rio Limpopo e para estabilizar o nível das águas. Esta infraestruturização da bacia do baixo Limpopo foi efectuada pelo regime colonial português na década de 1950, com o objectivo de aumentar a produtividade agrícola na região e permitir o estabelecimento da agricultura comercial em Gaza (Ganho, 2013b). Após a independência, a produção agrícola passou a ser

centralizada e a organizar-se em cooperativas agrícolas. A falta de financiamento do Estado levou à deterioração das infraestruturas do RBL, situação que se agravou ainda mais durante o período de guerra (Ganho, 2013b).

Em 2010, com o objectivo de assegurar a gestão e a funcionalidade do Regadio do Baixo Limpopo, foi criada por Decreto 5/2010, em Conselho de Ministros, a empresa RBL-EP. Esta empresa ficou assim responsável por “viabilizar e garantir o melhor aproveitamento do Regadio, através de um conjunto de intervenções centradas na gestão da terra, da água, das infra-estruturas hidráulicas e da organização dos utentes na administração, operação e manutenção dessas infra-estruturas em todo o perímetro irrigado, bem como no estabelecimento de ligações sustentáveis a longo prazo dos produtores ao mercado de factores de produção agrícola, numa perspectiva da cadeia de valor” (GPG, 2012). Quando foi estabelecida, a RBL-EP tinha uma jurisdição de apenas 12 mil hectares do regadio (ou seja, da parte infraestruturada), que foram alargados posteriormente em 2012 para uma área de 70 mil hectares, com o objectivo primordial de acomodar o projecto Wanbao⁹.

Até 1977, o Regadio do Baixo Limpopo era simultaneamente local de habitação e cultivo para parte da população do distrito. As sucessivas cheias, em particular a de 1977, que provocou a morte de dezenas de camponeses e a destruição das suas casas, conjugada com o projecto de criação de aldeias comunais pelo Estado moçambicano, levaram à deslocação forçada das populações para zonas mais elevadas. A zona residencial passou a situar-se na área elevada, mas a agricultura continuou a ser praticada nas zonas baixas das margens dos rios, onde as terras são mais férteis e produtivas.

3.2 Descrição do Projecto Wanbao

O projecto WAADL (Wanbao Africa Agriculture Development, Ltd) é uma parceria entre a empresa chinesa Wanbao e o governo moçambicano com o objectivo declarado de promover a transferência de tecnologia agrícola para aumentar a produtividade agrícola. Para a realização do projecto foram cedidos, por um período de 50 anos¹⁰, 20 mil hectares no Regadio do Baixo Limpopo – uma área extremamente fértil, onde milhares de camponeses praticavam agricultura de subsistência.

⁹ Entrevista efectuada ao Director Regadio do Baixo Limpopo – Empresa Pública (RBL-EP), a 17 de Junho de 2013, em Xai-Xai.

¹⁰ Está também previsto que o período de concessão possa vir a ser prolongado por mais 50 anos.



Figura 2: Entrada do Complexo Wanbao: Fazenda de Amizade Hubei-Gaza
(Fonte: fotografia da autora)

De acordo com os responsáveis do projecto, este pretende aumentar a disponibilidade alimentar e a segurança alimentar da população de Gaza, através de: i) desenvolvimento e reabilitação das infraestruturas de irrigação e drenagem; e ii) aumento da produção de cereais, sobretudo do arroz, através da introdução de novas tecnologias e da expansão da área cultivada e do desenvolvimento do agro-processamento, comercialização e prestação de serviços (Francisco, 2013). Paralelamente, como iniciativas de responsabilidade social, são referidas a construção de infraestruturas como estradas e pontes, fundamentais para o próprio projecto, bem como escolas, um centro de saúde e uma esquadra de polícia. No contexto da implementação do projecto, está prevista a criação de 400 postos de trabalho directos e 1500 indirectos, entre chineses e moçambicanos (GPG, 2012).

Este projecto enquadra-se explicitamente no Plano Estratégico de Desenvolvimento Agrário (PEDSA), do governo moçambicano, e é sustentado pelo acordo de geminação existente entre as províncias moçambicana de Gaza e chinesa de Hubei, assinado em 1987. Tem como antecedentes um pequeno projecto de produção de arroz em Xai-Xai e a pesquisa de variedades de arroz efectuada pela Academia Chinesa de Investigação Agrícola, que identificou variedades que permitem aumentar a produtividade de 3-4 toneladas por hectare para 8-9 toneladas por hectare (Chichava, 2013; Ganho, 2013b).

O WAADL representa um investimento de 250 milhões de dólares, suportado quase na totalidade por capitais estrangeiros. Oficialmente, conta com três sócios chineses – Haoping Luo com 2,5%, Yong Cae com 2,5% e Shungong Chai com 95% das quotas (Francisco, 2013) – mas as organizações da sociedade civil moçambicanas suspeitam da participação de interesses moçambicanos no projecto e afirmam que este foi negociado ao mais alto nível das elites políticas¹¹. Para a implementação do projecto foi fundamental a parceria público-privada com a RBL-EP, que detinha o DUAT do Regadio do Baixo Limpopo. De forma a que o WAADL pudesse utilizar os 20 mil hectares do RBL, o

¹¹ Entrevista efectuada a dois membros da União Nacional de Camponeses, a 7 de Junho de 2013, em Maputo.

governo decidiu alargar a área da RBL-EP de modo a que esta englobasse a área potencial para o desenvolvimento da agricultura na cintura de Xai-Xai, passando dos 12 mil hectares infraestruturados para 70 mil hectares de área infraestruturada e potencialmente infraestruturável¹².

A área concedida corresponde a 29% dos 70 mil hectares do RBL (Ganho, 2013) e abrange os terrenos de cultivo de camponeses das comunidades de Chicumbane, Bairro Comunal Julius Nyerere, Cidade de Xai-Xai, Magula e Chimbonhanine¹³, embora o número total de camponeses expropriados seja desconhecido. O número de camponeses expropriados indicado pelas diferentes fontes varia enormemente, de um mínimo de 200 famílias (ou cerca de 1200 pessoas, se cada agregado familiar for composto por seis elementos), de acordo com o Administrador da Província¹⁴, a um máximo de 70 mil pessoas, de acordo com as ONG locais (E-4; E-7; E-21)¹⁵.

Apesar de a população afectada viver sobretudo nas zonas elevadas¹⁶, os seus terrenos de cultivo e zonas de pastagem permaneceram no perímetro do RBL, onde as terras são mais férteis devido à proximidade da água. A maioria destes camponeses pratica uma agricultura de subsistência com técnicas rudimentares, onde trabalha apenas a família¹⁷, mas vende os excedentes no mercado e adquire outros produtos que não produz – p.e., alugam um tractor no início da lavoura por 500 meticais (12,5€) para lavrar 1/4 de hectare¹⁸; e compram alimentos¹⁹ e roupa²⁰.

A produtividade é bastante fraca – 2,5 a 3 toneladas de arroz por hectare -, motivo pelo qual vários elementos ligados ao projecto²¹ se referiram aos terrenos como “marginais”, “vazios” ou “disponíveis”, apesar das comunidades locais serem suas proprietárias de acordo com o regime costumeiro e as utilizarem na sua actividade económica. Devido à volatilidade formal da propriedade costumeira e à dificuldade dos seus proprietários

¹² Entrevista efectuada ao Director Regadio do Baixo Limpopo – Empresa Pública (RBL-EP), a 17 de Junho de 2013, em Xai-Xai.

¹³ Entrevista efectuada ao Administrador Província Xai-Xai, a 13 de Junho de 2013, em Xai-Xai.

¹⁴ Entrevista efectuada ao Administrador Província Xai-Xai, a 13 de Junho de 2013, em Xai-Xai.

¹⁵ É impossível aferir qual o número correcto, uma vez que não foi efectuado nenhum levantamento anterior ao início do projecto. De acordo com os Censos de 2007, a população da área abrangida pelo projecto totaliza 70 mil pessoas, mas nem todos os habitantes mantêm *machambas* no RBL, pelo que esse número peca certamente por excesso. As 200 famílias indicadas pelo Administrador da Província constituem certamente um limite inferior, que por sua vez peca por defeito. Em entrevista à ONG JA (Zunguze & Mondlane, 2012), o Chefe do Posto Administrativo de Chicumbane refere 1500 famílias (o que corresponderão a cerca de 9000 pessoas), apenas na comunidade de Chicumbane. Note-se que o projecto abrange outras áreas para além de Chicumbane e que se encontra ainda na sua primeira fase (tendo sido expropriados apenas os proprietários tradicionais dos primeiros 7 mil hectares).

¹⁶ A população vive na zona alta porque em 1977, depois de umas cheias devastadoras, foi forçada a deslocar-se por “decreto”, ajudando ao processo de criação das aldeias comunais (E-16).

¹⁷ Entrevista efectuada ao camponês E, a 13 de Junho de 2013, em Xai-Xai.

¹⁸ Entrevista efectuada ao camponês B, a 13 de Junho de 2013, em Xai-Xai.

¹⁹ Entrevistas efectuada aos camponeses B, C, D, E e F a 13 de Junho de 2013, em Xai-Xai.

²⁰ Entrevista efectuada ao camponês A, a 12 de Junho de 2013, em Xai-Xai.

²¹ Entrevistas efectuada ao Director Nacional Serviços Agrários, a 6 de Junho de 2013, em Maputo; ao Chefe Posto Administrativo de Chicumbane, a 10 de Junho de 2013, em Xai-Xai; ao Delegado Provincial Centro de Promoção de Investimentos Agrícolas, a 12 de Junho de 2013, em Xai-Xai, e ao Administrador Província Xai-Xai, a 13 de Junho, em Xai-Xai.

defenderem os seus direitos, estes terrenos são facilmente concessionados pelo Estado aos grandes investidores.

3.3 O Projecto Wanbao: expropriação, concentração e semi-proletarização

Este capítulo pretende analisar o WAALD à luz do processo histórico de *transição agrária*, ou seja, de que forma é que a penetração das lógicas de produção capitalistas através deste mega-investimento está a contribuir para a desagregação do campesinato tradicional em Xai-Xai e para a transformação da organização social da produção.

Para isso, a análise incide sobretudo sobre a interacção entre os processos de expropriação e concentração da terra e a semi-proletarização dos camponeses, deixando para segundo plano a discussão dos impactos positivos e negativos do projecto a outros níveis (como os impactos sobre a balança de pagamentos do país ou sobre o meio ambiente). Esta secção encontra-se dividida em três pontos: expropriação do campesinato; concentração fundiária; e semi-proletarização.

3.3.1 Expropriação do campesinato

A concessão de 20 mil hectares no Regadio do Baixo Limpopo ao projecto Wanbao implica a expropriação de milhares de pequenos camponeses, que subsistiam com base na agricultura praticada nos terrenos férteis do regadio. A lógica de produção dominante na área do Regadio é a pequena produção mercantil - os camponeses detêm os seus próprios meios de produção (terra e instrumentos rudimentares) e produzem sobretudo para autoconsumo, mas também vendem os excedentes produzidos no mercado – embora possam ser encontrados muitos exemplos de diversificação das estratégias de subsistência, por exemplo combinando o trabalho assalariado (p.e., na administração pública) com a agricultura de subsistência. Cerca de 80% da população de Gaza depende directamente da agricultura (MAE-RM) e a expropriação destes camponeses traduz-se num agravamento da sua já vulnerável situação .

De acordo com as organizações da sociedade civil, o projecto Wanbao foi negociado ao nível das elites²² e a sua implementação foi feita numa perspectiva “*top-down*”²³, sem que fossem consideradas a visão da população para a sua área, as suas formas de organização ou as suas tradições culturais. Para muitos camponeses, o primeiro contacto com o projecto Wanbao teve lugar aquando da expropriação das suas terras, no que constituiu

²² Entrevista efectuada a dois membros da União Nacional de Camponeses, a 7 de Junho de 2013, em Maputo.

²³ Entrevista efectuada ao Delegado Provincial Centro de Promoção de Investimentos Agrícolas, a 12 de Junho de 2013, em Xai-Xai.

um processo particularmente perturbador: “*Apareceram os chineses e tiraram-nos dali sem nenhum aviso, sem nada. Então, ficámos sem machamba*”²⁴.

O processo de expropriação assumiu assim um carácter coercivo, combinado, numa fase posterior, com métodos propagandísticos. As consultas públicas têm sido em geral tratadas como meras formalidades, apresentado-se o projecto de forma fechada sem que a população possa de facto discutir se o quer ou não²⁵. Quando efectuadas, estas consultas apresentam o investimento apenas como benéfico para a comunidade, através de argumentos que enfatizam a criação de emprego, o aumento da produtividade e a construção de infraestruturas como escolas, hospitais, estradas, etc.

De acordo com o Director da RBL-EP e o delegado provincial do CEPAGRI, foram efectuadas 11 consultas públicas abrangendo todas as comunidades, faltando apenas a realização de uma consulta em Chibuto e outra em Xai-Xai²⁶, mas as ONG locais afirmam que parte das comunidades não teve conhecimento das consultas²⁷. Em Chicumbane, uma das principais áreas abrangidas pelo projecto, foram realizadas três consultas públicas, de acordo com o Chefe do Posto Administrativo de Chicumbane: a primeira com 2500 pessoas, a segunda com 2150 e a terceira com 3000 pessoas²⁸.

Independentemente do número de consultas efectuadas, a sua instrumentalização no sentido da adesão ao projecto visa legitimar a expropriação de que foram ou serão alvo as populações. De acordo com um informador privilegiado:

*“O governo não age como facilitador, é mais como um instrumento. A visão do governo, das pessoas que estão a fazer a consulta é conseguir a entrada do investidor e não facilitar o diálogo isento entre ambas as partes. Então o que acontece é que nas consultas propõe-se apresentar os aspectos positivos e não mostram aspectos negativos. Só se fala que vai criar emprego, trazer desenvolvimento, construir escolas, essas coisas todas. Mas não falam das implicações que vai trazer e das pessoas que vão ficar sem terra”*²⁹.

Alguns responsáveis pelo projecto recusam falar em expropriação, uma vez que o projecto prevê que os camponeses sejam compensados com a atribuição de outros terrenos. Dos 20 mil hectares do projecto, 10% destinar-se-ão à população, sendo distribuídos em parcelas de ¼ de hectare que totalizarão 2 mil hectares. De acordo com o delegado

²⁴ Entrevista efectuada ao camponês C, a 13 de Junho de 2013, em Xai-Xai.

²⁵ Entrevista efectuada ao Coordenador de Projectos e Assistente Centro Terra Viva, a 5 de Junho de 2013, em Maputo.

²⁶ Entrevista efectuada ao Delegado Provincial Centro de Promoção de Investimentos Agrícolas, a 12 de Junho de 2013 e entrevista efectuada ao Director Regadio do Baixo Limpopo – Empresa Pública (RBL-EP) a 17 de Junho de 2013, em Xai-Xai.

²⁷ Entrevista efectuada ao Director Fórum das ONGs de Gaza, a 10 de Junho de 2013, em Xai-Xai e entrevista efectuada a dois técnicos Justiça Ambiental, a 19 de Junho de 2013.

²⁸ Números estes que são consistentes com a estimativa de cerca de 9000 pessoas afectadas, apenas em Chicumbane e no contexto da primeira fase do projecto.

²⁹ Entrevista efectuada ao Coordenador de Projectos e Assistente Centro Terra Viva (CTV), a 5 de Junho de 2013, em Maputo.

provincial do CEPAGRI³⁰ e o Director Nacional de Serviços Agrários³¹, apesar das novas parcelas a atribuir terem uma área inferior à das parcelas originais da maior parte dos camponeses, estes beneficiarão da transferência de novas tecnologias agrícolas que lhes permitirão alcançar maior rendimento por hectare e em termos totais (no entanto, não é claro que a tecnologia seja disponibilizada gratuitamente).

Por outro lado, estas compensações podem ser alternativamente encaradas como uma estratégia com vista a diminuir manifestações ou ressentimentos face ao projecto e à forma como este foi negociado. A compensação de terrenos funciona como uma estratégia para resignar os camponeses que foram alvo de expropriação, apaziguando-os e reduzindo os argumentos contrários ao projecto. Essa estratégia parece surtir efeito, uma vez que até agora assistiu-se apenas a uma manifestação, em Agosto de 2013. De acordo com as organizações da sociedade civil, o facto de uma grande parte dos líderes da FRELIMO (à excepção do Presidente Guebuza) ser originária de Gaza e de se esperarem benefícios para a comunidade em função desse “laço afectivo” ajuda a explicar a pouca mobilização existente. A cooptação de pessoas para funções públicas e para o partido e o medo de represálias são outros factores apontados pelas organizações da sociedade civil³².

Esta estratégia de compensação é problemática por vários motivos: i) as compensações não foram negociadas com os camponeses; ii) é provável que não venha a abranger todos os camponeses expropriados, nomeadamente porque não existe uma lista desses camponeses, sendo vários os camponeses entrevistados que afirmam terem já sido expropriados sem que lhes tenha sido efectuada, prometida ou referida qualquer compensação: *“Eu queria que, pelo menos - porque eu também sou daqui, não sou da China, sou moçambicana e não tenho onde ir - pelo menos, o governo nos indemnizasse”*³³; e iii) as parcelas para compensação têm condições piores: têm apenas ¼ de hectare (quando a generalidade dos terrenos expropriados tinham uma dimensão superior), são menos férteis porque estão fora das áreas irrigadas e situam-se a uma distância muito superior das habitações dos camponeses em causa, o que nalguns casos inviabiliza a sua exploração.

A compensação com parcelas agrícolas tem por objectivo conservar parcialmente o modo de produção dominante – pequena produção, em parte de subsistência e em parte mercantil, com recurso a meios de produção próprios –, evitando assim a completa proletarização destes camponeses. Neste contexto, o processo de expropriação não tem de todo como objectivo a proletarização do campesinato, visando antes reorganizar as actividades produtivas a nível rural e permitir a modernização produtiva. A compensação parcial através da atribuição de terras visa até atenuar o processo de proletarização,

³⁰ Entrevista efectuada ao Delegado Provincial Centro de Promoção de Investimentos Agrícolas (CEPAGRI), a 12 de Junho de 2013, em Xai-Xai.

³¹ Entrevista efectuada ao Director Nacional Serviços Agrários, a 5 de Junho de 2013, em Maputo.

³² Entrevista efectuada a dois membros da União Nacional de Camponeses, a 7 de Junho de 2013, em Maputo.

³³ Entrevista efectuada a camponês C, a 13 de Junho de 2013, em Xai-Xai.

evitando o que Li (2011) designa por “transição truncada”: o problema da incapacidade de absorção dos camponeses proletarizados por parte da agricultura capitalista ou de outros sectores produtivos, resultando na criação de um exército de desempregados ou sub-empregados. Apesar disso, dadas as limitações atrás referidas deste mecanismo de compensação, o resultado é na mesma o reforço da (semi)proletarização dos camponeses.

Esta estratégia é assim similar à implantada pelo regime colonial, que também implementou formas de semi-proletarização no contexto das plantações (nalguns casos com recurso a trabalho forçado), mas conservando a agricultura ‘tradicional’ como actividade de subsistência, uma vez que as colónias não se tinham industrializado e eram incapazes de absorver o excedente populacional que poderia resultar da separação completa dos produtores dos meios de produção.

A estratégia de compensação não foi no entanto contemplada para os que perderam o acesso aos terrenos comuns e que os utilizavam sobretudo para pastagem, forçando muitos a vender as suas manadas. Um camponês que não se quis identificar³⁴ foi forçado a vender a quase totalidade da sua manada de mais de 200 bovinos, deixando-o apenas com 12 cabeças de gado, uma vez que os terrenos de pastagem deixaram de estar disponíveis.

A posse de gado sempre foi um sinal de riqueza e é uma importante fonte de rendimento: além do consumo próprio ou da venda da carne nos matadouros estatais, onde o quilograma é comprado a 110 meticais, as suas funções mais importantes são enquanto símbolo de estatuto e como forma de pagamento do *lobolo*³⁵ à família da futura esposa.

Outro camponês, um reformado de 68 anos, passa os dias na *machamba* - que continua a ser a sua principal fonte de subsistência -, protegendo-a do pouco gado que ainda permanece no regadio e que invade as *machambas* à procura de alimento. A falta de terrenos para pastagem é uma das grandes preocupações referidas pelos camponeses, que receiam ser forçados a vender a totalidade dos animais ou a ter de pastá-los em áreas demasiado distantes³⁶.

Para a WAADL, o paradigma da produtividade engloba igualmente a criação de animais, que deverá passar a ser feita em regime intensivo: áreas de pastagem reduzidas e recurso a suplementos alimentares para animais³⁷. O regime intensivo de criação de gado pressupõe a aquisição de suplementos alimentares, o que se traduz num aumento do custo de produção face ao custo nulo da pastagem. Para os pequenos produtores, esta transformação poderá significar o abandono da actividade, reforçando a tendência de concentração da produção em criadores economicamente mais robustos, capazes de

³⁴ Entrevista efectuada a camponês H, a 22 de Junho de 2013, em Xai-Xai.

³⁵ O *lobolo* é o dote devido pelo noivo ao pai da futura mulher.

³⁶ Entrevista efectuada ao Director Fórum das ONGs de Gaza (FONGA), a 10 de Junho de 2013, em Xai-Xai.

³⁷ Entrevista efectuada ao Director Nacional Serviços Agrários, a 5 de Junho de 2013, em Maputo, e entrevista efectuada ao Director Regadio do Baixo Limpopo – Empresa Pública (RBL-EP), a 17 de Junho de 2013, em Xai-Xai.

suportar os encargos associados aos novos métodos intensivos e de resistir às exigências colocadas pela impossibilidade de acesso a terrenos de pastagem. Esta transformação tem impactos significativos não só ao nível da organização da produção, mas também do ponto de vista das estruturas sociais de uma forma mais geral, tendo em conta, por exemplo, o papel central do gado no *lobolo*.

Neste contexto, a expropriação dos camponeses e a apropriação das terras comuns assume-se sobretudo como uma estratégia de “privatização” da terra e de concentração e acumulação de capital – componentes essenciais do modo de produção capitalista. O reforço da proletarianização, a que regressaremos mais adiante, é essencialmente uma consequência não deliberada.

3.3.2 Concentração da propriedade fundiária

O acto de *enclosure*, ou de apropriação das terras comuns, é não só uma tendência de concentração da terra, mas também um acto de reconfiguração das relações espaciais, ou seja, das relações sociais relacionadas com fronteiras e categorias de terra (Kenney-Lazar, 2011). A paisagem tradicional, caracterizada por complexos arranjos costumeiros de posse da terra, está neste contexto a ser substituída por um novo arranjo “privado”, propriedade de capital chinês. As diferentes culturas de subsistência são neste projecto substituídas por uma vasta área de monocultura de arroz, traduzindo-se na paisagem a transformação das relações sociais de produção ocorridas. Este *enclosure* traduz-se numa apropriação dos terrenos individuais e comuns dos camponeses com vista à concentração da terra e do capital, concentrando-se os benefícios económicos na empresa Wanbao (e eventualmente em certas elites moçambicanas).

Apesar do regime fundiário de Moçambique não considerar a propriedade privada de terra, as vantagens e desvantagens da privatização têm sido um assunto bastante discutido nos últimos anos. A manutenção da terra sob propriedade estatal é uma das bandeiras programáticas e simbólicas da FRELIMO e tem sido essa a linha de argumentação oficial do governo. Na prática, no entanto, o registo fundiário é actualmente um dos ‘segredos’ mais bem guardados em Moçambique, sendo extremamente difícil saber quem detém os direitos de exploração sobre que terras. Como todo o processo é pouco transparente, beneficia dele quem tem acesso ao conhecimento, ou seja, “os políticos moçambicanos, que têm acesso à informação sobre todo o território nacional, onde se concentram os recursos, onde está a melhor terra e quais serão as zonas de maior interesse no futuro, e que poderão estar a passar as terras para os seus nomes”³⁸.

Apesar de oficialmente toda a terra ser propriedade do Estado, a experiência histórica tem demonstrado que a tendência é para que esta seja privatizada a longo prazo – e o mecanismo de atribuição dos DUAT pode constituir desde logo um passo nesse sentido.

³⁸ Entrevista efectuada a Dois técnicos da ONG Justiça Ambiental, a 19 de Junho de 2013, em Maputo.

Caso o processo de transição para um regime de propriedade privada formal venha a ocorrer, todos aqueles que agora conseguirem obter os direitos de uso sobre a terra a um baixo custo beneficiarão aquando da privatização, uma vez que provavelmente poderão vender as terras aos futuros interessados a um preço muito superior. A ser assim, assistir-se-á em Moçambique a uma concentração da terra na elite política, pervertendo o ideal da independência de uma terra pertencente a todos. Quanto ao cidadão comum, ver-se-á privado da terra da qual não tinha DUAT e terá grandes dificuldades em obtê-la, uma vez que já não estará a negociar com o governo e que o preço da terra será determinado pelo mercado³⁹.

Na prática, o projecto Wanbao é uma ilustração desta dinâmica que está a ter lugar por todo o Moçambique. Todo o processo de concessão do DUAT à WAADL foi bastante opaco: foi alargada a jurisdição da RBL-EP de 12 mil hectares para 70 mil hectares para que o projecto Wanbao pudesse explorar 20 mil hectares no Regadio do Baixo Limpopo⁴⁰; a concessão não foi tornada pública; o documento do projecto Wanbao não foi tornado público; e as consultas públicas foram efectuadas posteriormente ao início do projecto, sem que na prática a população se pudesse pronunciar sobre o futuro das suas terras. Em traços largos, o projecto Wanbao está a concentrar o direito de uso e aproveitamento da terra, no que se assemelha e abre a porta a um processo de privatização.

3.3.3 *Semi-proletarização*

O reforço da proletarização (i.e., da dependência da venda da força de trabalho para assegurar a subsistência) é, no contexto do WAADL, sobretudo uma consequência da expropriação das terras – e não um objectivo prosseguido enquanto tal. Apesar disso, não deixa de ocorrer a uma escala significativa, implicando grandes transformações nas estruturas sociais rurais. Porém, este processo é apresentado como positivo pelos proponentes e defensores do projecto, que sublinham precisamente a possibilidade dos camponeses, entretanto convertidos em trabalhadores assalariados, passarem a contar com um rendimento fixo, regular e mais elevado. O problema, claro está, reside no facto do número de postos de trabalho criados no âmbito do projecto ser bastante inferior ao dos camponeses expropriados.

A transformação da organização social da produção neste contexto é bastante complexa, assistindo-se sobretudo a um processo de aprofundamento da semi-proletarização iniciado com a migração para as minas sul-africanas (Newitt, 1981). Referimo-nos aqui a um “aprofundamento” uma vez que a diversificação de estratégias de subsistência (para além da agricultura de subsistência) tem origens bastante remotas e que o processo de expropriação dos meios com que os camponeses asseguram autonomamente a sua

³⁹ Entrevista efectuada a Dois técnicos da ONG Justiça Ambiental, a 19 de Junho de 2013, em Maputo.

⁴⁰ Entrevista efectuada ao Delegado Provincial Centro de Promoção de Investimentos Agrícolas (CEPAGRI), a 12 de Junho de 2013, em Maputo, e entrevista efectuada ao Director Regadio do Baixo Limpopo – Empresa Pública (RBL-EP), a 17 de Junho de 2013.

subsistência tem progredido, com avanços e recuos, ao longo do último século. Ainda assim, até à implementação deste projecto, a forma típica de organização da produção neste contexto consistia na pequena produção camponesa, destinada parcialmente ao auto-consumo e parcialmente ao mercado. Como, adicionalmente, este projecto não se propõe expropriar completamente os camponeses (reservando-lhes pequenas parcelas de terra, alegadamente a par da disponibilização de novas tecnologias agrícolas capazes de aumentar a produtividade), não será correcto falar em proletarização plena – na nossa interpretação, trata-se, isso sim, do aprofundamento de um processo de semi-proletarização.

Ao mesmo tempo, porém, é também possível encontrar casos que podem ser mais adequadamente caracterizados como correspondendo à proletarização em sentido estrito: é o caso dos camponeses que, não possuindo outros meios de produção próprios, foram expropriados dos seus terrenos e não beneficiaram da compensação de ¼ de hectare de terreno agrícola, passando por isso a depender apenas da venda da sua força de trabalho ou, dada a escassez da procura no mercado de trabalho, de expedientes diversos. Na verdade, a transformação dos camponeses em assalariados será talvez o cenário mais ‘favorável’: o menos favorável, e provavelmente mais comum, consiste no trabalho por conta própria no chamado ‘sector informal’, em geral em contextos mais urbanos e assentando na compra e venda de mercadorias diversas.

O trabalho assalariado no contexto do próprio projecto Wanbao acaba por ser uma alternativa para apenas uma parte dos camponeses de Xai-Xai, uma vez que o projecto prevê a criação de apenas 400 postos de trabalho directos e 1500 indirectos, números substancialmente inferiores ao número provável de camponeses expropriados. Para além disso, as condições laborais nem sempre respeitam a lei moçambicana ou as directrizes da Organização Internacional do Trabalho. O salário mensal da maioria dos trabalhadores do WAADL que se dedicam actualmente a actividades de construção de infraestruturas e cultivo é inferior ao salário mínimo de 2500 meticais (aproximadamente 62,5€) definido na lei⁴¹, numa contradição clara com o objectivo, preconizado pelo projecto, de contribuir para a segurança alimentar da população de Xai-Xai⁴². Acresce ainda o facto de os trabalhadores do projecto Wanbao trabalharem oito horas por dia (muitas vezes nove) e sete dias por semana, totalizando 72 horas semanais no mínimo⁴³, quando é definido por lei que deverão trabalhar um máximo de 48 horas por semana e oito horas diárias (RPM, 2007).

Em termos estruturais, verifica-se assim uma alteração profunda na organização social da produção, uma vez que os camponeses expropriados deixam de poder contar com a sua anterior fonte primordial de sobrevivência – a terra que cultivavam – e passam a ter de vender a sua força de trabalho, seja à Wanbao seja a outros produtores com maior

⁴¹ <http://www.meusalario.org/>

⁴² Entrevista efectuada a Inspector Direcção Provincial do Trabalho, a 27 de Junho de 2013, em Maputo.

⁴³ Entrevista efectuada a Inspector Direcção Provincial do Trabalho, a 27 de Junho de 2013, em Maputo.

robustez, tornando-se assalariados. Em alternativa, dada a inexistência de sectores capazes de absorver produtivamente a totalidade da reserva de mão-de-obra assim criada, estes camponeses (semi-)proletarizados vêm-se lançados no desemprego ou empurrados para o sub-emprego no sector ‘informal’ tendencialmente urbano. Como afirmou uma das camponesas entrevistadas, ilustrando perfeitamente este processo, “*Estamos a desenrascar: pedimos esmola a alguém, às vezes cultivamos na machamba de outros que pedem ajuda para trabalhar e nós vamos lá ajudar*”⁴⁴.

De acordo com a ONG JA, projectos como o Wanbao provocam uma “desorganização a nível social”⁴⁵, que é também demonstrada pelo aumento da prostituição. Sem as fontes tradicionais de subsistência, a chegada de um elevado número de chineses do sexo masculino é percebida como uma possível fonte de rendimento face à ausência de outras actividades geradoras de rendimento. Nalguns casos, trata-se de prostituição efectivamente assumida enquanto tal; noutros, assume formas mais ténues e dissimuladas, como a disponibilidade acrescida por parte das jovens locais para assumirem relacionamentos com homens de quem esperam engravidar para assim conquistarem uma espécie de pensão, que lhes garantirá a sobrevivência do filho e dela própria, ou mesmo a possibilidade de mudarem de país quando o pai da criança regressar à China⁴⁶.

O projecto Wanbao está assim a levar a cabo uma transformação das estruturas sociais locais, mediante a qual se tem vindo a passar de uma lógica em que a produção é principalmente para auto-consumo e em que nem a terra nem a força de trabalho constituem mercadorias (apenas de forma residual), para uma situação em que a lógica mercantil penetra a generalidade das esferas sociais. Está-se a assistir a uma mercadorização da subsistência, a uma mercadorização da força de trabalho e a uma mercadorização da reprodução social. Esta transição agrária poderia ser positiva se os camponeses se transformassem efectivamente em assalariados, com empregos com direitos assegurados e rendimentos fixos e regulares. Na maioria dos casos, porém, a semi-proletarização conduz apenas a uma situação de maior vulnerabilidade, em que se somam os rendimentos inseguros de uma agricultura de subsistência tornada marginal aos poucos rendimentos de outras actividades que, na maioria dos casos, são igualmente irregulares: “*O nosso país está mal e Wambao veio para piorar. Tiraram o pão da nossa boca para dar a outra. Dizem que vão ficar uns 50 anos, nossos filhos vão morrer*” (E-8).

⁴⁴ Entrevista efectuada a camponês D, a 13 de Junho de 2013, em Xai-Xai.

⁴⁵ Entrevista efectuada a Dois técnicos da ONG Justiça Ambiental, a 19 de Junho de 2013, em Maputo.

⁴⁶ Entrevista efectuada a Dois técnicos da ONG Justiça Ambiental, a 19 de Junho de 2013, em Maputo.

CONCLUSÕES

Tal como procurámos demonstrar, o projecto Wanbao está a implicar uma transformação profunda das estruturas sociais na região onde é implantado. Essas transformações podem ser interpretadas proveitosamente à luz da bibliografia histórica e teórica sobre a transição agrária, correspondente à penetração das lógicas mercantis e capitalistas, na medida em que incorporam todos os elementos dessa transição: expropriação⁴⁷, concentração da propriedade, (semi-)proletarização.

Com um crescimento anual de 7%, Moçambique é um dos países africanos que aspira a desenvolver-se rapidamente. Nos últimos anos, tem sido alvo de uma corrida em busca dos seus terrenos férteis, estimando-se que tenham sido concessionados 2,5 milhões de hectares. O ritmo acelerado e a dimensão das concessões não deixam de sublinhar a natureza específica e porventura conjuntural deste fenómeno. Nesse sentido, uma questão de base que se coloca consiste em saber se o fenómeno de *land grabbing* será duradouro ou se será sobretudo o resultado de um pico especulativo, resultante da deslocação maciça de capital financeiro a nível mundial para mercados como o das terras ou das matérias-primas após o rebentamento da bolha do imobiliário. No caso de se tratar de um fenómeno duradouro, e caso o Estado moçambicano não gira este processo de forma mais sustentável, terá a economia deste país a capacidade de absorver a reserva de mão-de-obra entretanto criada?

Como referido anteriormente, a entrada de inúmeros parceiros internacionais com o objectivo de explorar os recursos do país tem conduzido a um processo de “semi-privatização” (uma vez que a terra continua a ser, formalmente, propriedade do Estado) dos terrenos comuns e de expropriação dos terrenos que, segundo o regime costumeiro, eram utilizados pelos camponeses e asseguravam a sua subsistência. Como vimos atrás, a transição agrária iniciou-se há bastante tempo em Moçambique, tendo registado avanços e recuos originados por diversos mecanismos (incluindo no contexto da acumulação primitiva socialista do período pós-independência). Face à situação registada no passado recente e no presente, no entanto, estes novos investimentos parecem acelerar o processo de separação dos camponeses dos seus meios de produção, sem que exista a criação das condições para a sua absorção noutros sectores. Se as lógicas deste ‘novo’ tipo de investimento se mantiverem, se as experiências forem replicadas e o ritmo das expropriações se mantiver, poderemos assistir a um enorme aprofundamento da vulnerabilidade dos camponeses, traduzido no aumento do desemprego, da pobreza e da insegurança alimentar, num exemplo claro e dramático do que Li (2011) designa por “transição truncada”. Paralelamente, assistir-se-á à concentração do capital resultante destes investimentos numa pequena elite, sem que haja redistribuição, contribuindo para agravar ainda mais a desigualdade social. É por isso lícito questionarmo-nos se este processo de acumulação primitiva, que noutros contextos (e apesar da sua violência)

⁴⁷ Falamos aqui de expropriação em termos substantivos e não formais, uma vez que a situação original correspondia ao usufruto costumeiro e não a propriedade formal.

lançou as bases para o desenvolvimento capitalista, será neste contexto capaz de se traduzir numa dinâmica de desenvolvimento endógeno, ou se apenas resultará no enriquecimento das elites e na pauperização dos camponeses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abreu, Alexandre (2012), *Migration and Development in Guinea-Bissau: A Political Economy Approach*, Tese de Doutoramento, School of Oriental and African Studies, Londres

Adam, Yussuf (2005), *Escapar aos Dentes do Crocodilo e Cair na Boca do Leopardo – Trajectória de Moçambique Pós-Colonial (1975-1990)*, Prómedia, Maputo

Anseeuw, Ward, Boche, Mathieu, Breu, Thomas, Giger, Markus, Lay, Jann, Messerli, Peter e Nolte, Kerstin (2012), *Transnational Land Deals for Agriculture in the Global South – Analytical Report based on Land Matrix Database*, CDE/CIRAD/GIGA, Berna/Montpellier/Hamburgo

Bernstein, Henry (2010), *Class Dynamics of Agrarian Change*, Fernwood Publishing, Halifax and Winnipeg

Byerlee, Derek (2013), “Are We Learning from History?” in Kugelman, Michal e Levenstein, Susan (2013), *The Global Farms Race: Land Grabs, Agricultural Investment and the Scramble for Food Security*, Kindle Edition, Washington

Chichava, Sérgio (2013), *Xai-Xai Chinese Rice Farm and Mozambican Internal Political Dynamics: A Complex Relation*, LSE IDEAS Africa Programme, Occasional Paper 2

Diamond, Jared (1997), *Armas, Germes e Aço – Os Destinos das Sociedades Humanas*, Relógio d’Água, Lisboa

FAO (2007), *Report of the Panel of Experts on the Ethics in Food and Agriculture*, 4th Session, 26-28 November 2007

Fórum das ONGs de Gaza (2013), “Mais de 400 camponeses erguem enxadas e catanas para impedirem acção dos chineses”, Comunicado distribuído por via electrónica a 20 de Agosto de 2013

Francisco, Dulcídeo (2013), *Estudo de Impacto Ambiental – Relatório Final sobre o Estudo de Pré-Viabilidade Ambiental e Definição do Âmbito & Proposta dos Termos de Referência*, elaborado para a Wanbao Africa Agriculture Development, Lda.

Friends of the Earth Europe (2010), *Africa: Up for Grabs: The scale and Impact of Land Grabbing for Fuel*, disponível em:

http://www.foeeurope.org/sites/default/files/publications/FoEE_Africa_up_for_grabs_0910.pdf [acesso em 3/07/2013]

Ganho, Ana Sofia (2013), *Agro-Investimento Privados e seus Reflexos na Regulamentação Fundiária - Versão Draft*, Desafios para Moçambique 2013

Ganho, Ana Sofia (2013)b, ‘Friendship’ Rice, Business, or ‘Land-grabbing’? *The Hubei-Gaza rice project in Xai-Xai*, LPDI Working Paper 32

Governo da Província de Gaza (2012), *Projecto Wanbao de Desenvolvimento da Agricultura no Regadio do Baixo Limpopo Província de Gaza – Versão Draft*, Xai-Xai, República de Moçambique

Grain (2008), *Seized: The 2008 Land Grab for Food and Financial Security*, Grain Briefing October, disponível em: <http://www.grain.org/article/entries/93-seized-the-2008-landgrab-for-food-and-financial-security> [acesso em 29/05/2013]

Jaiantilal, Dipac (2013), “Agro-negócio em Nampula: casos e expectativas do ProSavana”, *Documento de Trabalho Observador Rural*, Nº 7, Observatório do Mundo Rural, Maputo, disponível em: http://www.omrmz.org/images/publicacoes/Observador_Rural_N_7.pdf [acesso em 5/08/2013]

Hallam, David (2012), “Overview” in Kugelman, Michael e Levenstein, Susan (2012), *The Global Farms Race: Land Grabs, Agricultural Investment and the Scramble for Food Security*, Kindle Edition, Washington

Kenney-Lazar, Miles (2011) “*Dispossession, semi-proletarianization and enclosures: primitive accumulation and the land grab in Laos*”, Comunicação apresentada na Conferência sobre Global Land Grabbing no Institute of Development Studies – University of Sussex, 6 a 8 de Abril de 2008, disponível em: http://www.future-agricultures.org/conference-resources/doc_details/1150-dispossession-semi-proletarianization-and-enclosure-primitive-accumulation-and-the-land-grab-?tmpl=component [acesso em 7/07/2013]

Leite, Joana Pereira (1989), “A formação da economia colonial em Moçambique. Pacto colonial e industrialização: do colonialismo português às redes informais de submissão mercantil (1930-1974)” in VV.AA. (2000) *Estudos de Desenvolvimento – África em Transição*, CESA/ Trinova, Lisboa

Li, Tania (2011), “Centering Labour in the Land Grab Debate”, *Journal of Peasant Studies*, Vol. 38, disponível em:

<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03066150.2011.559009#.UkHmmtKsiSo>
[acesso em 7/07/2013]

Marx, Karl (1990) *Capital, Volume I*, London: Penguin Classics (Obra original publicada em 1867)

McDonald, B.L. (2010), “Food Security”, Polity Press, Cambridge

Ministério da Administração Estatal da República de Moçambique (2005), *Perfil do Distrito de Xai-Xai – Província de Gaza*, disponível em:

<http://www.mae.gov.mz/phocadownload/PerfisDistritais/2005/Gaza/Xai-Xai.pdf> [acesso em 3/06/2013]

McMichael, Philip (2011), *Interpreting the Land Grab*, Cornell University, disponível em:
<http://www.tni.org/sites/www.tni.org/files/landgrab%20and%20food%20-%20McMichael%20paper.pdf> [acesso em 10/03/2013]

Mosca, João (2005), *Economia de Moçambique Século XX*, Instituto Piaget, Lisboa

Mosca, João (2011), *Políticas Agrárias De (Em) Moçambique (1975-2009)*, Escolar Editora, Maputo

Moyo, Sam (2008), *African Land Questions, Agrarian Transitions and the State*, CODESRIA Working Paper Series, disponível em:
http://www.codesria.org/IMG/pdf/Sam_Moyo.pdf [acesso em 10/03/2013]

Newitt, Malyn (1981), *Portugal in Africa*, Hurst & Company, Londres

Norfolk, Simon e Hanlon, Joseph (2011), “*Confrontos entre produtores, camponeses e investidores na Zambézia, norte de Moçambique, no contexto de pressões relativas ao lucro de investidores europeus*”, Documento apresentado para a Conferência Anual do Banco Mundial sobre a Terra e Pobreza, Banco Mundial, Washington DC, 23-26 Abril 2012, disponível em:
<http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk.technology.mozambique/files/pics/d137046.pdf> [acesso em 10/07/2013]

Oakland Institute (2011), *Understanding Land Investment Deals in Africa – Country Report: Mozambique*, Oakland Institute, disponível em:

http://www.oaklandinstitute.org/sites/oaklandinstitute.org/files/OI_country_report_mozambique_0.pdf [acesso em 10/03/2013]

Oppenheimer, Jochen (2006), *Moçambique na Era no Ajustamento Estrutural: Ajuda, Crescimento e Pobreza*, IPAD, Lisboa

Oxfam (2011), *Land and power – The growing scandal surrounding the new wave of investment in land, 151 Oxfam Briefing Paper*

Rodney, Walter (1973), *How Europe Underdeveloped Africa*, Bogle-L'Ouverture Publications, Londres

Serra, António (1991), “Os três anos que abalaram Moçambique” in VV.AA. (2000) *Estudos de Desenvolvimento – África em Transição*, CESA/ Trinova, Lisboa

Shepard, Daniel e Mittal, Anuradha (2009), *The Great Land Grab – Rush for World's Farmland Threatens Food Security for the Poor*, The Oakland Institute

Sisonke Development Planners (2012), *Report on Phase 1 Archaeological Impact Assessment on erven 208-219 and 244-255 of Komatipoort 182 JU, Extension 4 Komatipoort*, Kudzala Antiquity Mpumalanga Province, disponível em:

http://www.sahra.org.za/sites/default/files/heritagereports/Komatipoort%20Report2_0.pdf [acesso em 28/08/2013]

Smith (2010), *Imperialism & the Globalisation of Production*, Tese de Doutoramento, University of Sheffield

Wood, Ellen (2002), *The Origin of Capitalism – A longer view*, Verso, Londres